



LEGISLAÇÃO



Portaria n.º 14/2025/1, de 20 de janeiro

Altera a [Portaria n.º 324/2017](#), de 27 de outubro, que fixa os encargos a suportar pelas entidades empregadoras com a verificação da incapacidade para o trabalho dos respetivos trabalhadores, mediante a realização de juntas médicas ou através da verificação domiciliária da doença.



Portaria n.º 16/2025/1, de 20 de janeiro

Procede à prorrogação do prazo previsto no artigo 1.º da [Portaria n.º 78/2024/1](#), de 4 de março

Extracto:

Atendendo a que se mantêm os constrangimentos verificados, entende-se que importa visitar os termos e as condições da resposta CACI de forma integrada, pelo que, estando em curso um trabalho de avaliação e reflexão sobre a necessidade de alteração dos mesmos, se afigura desde já necessário proceder ao alargamento do período de adequação às condições técnicas de instalação e funcionamento a que deve obedecer o CACI, prorrogando o mesmo.”



Portaria n.º 20/2025/1, de 22 de janeiro

Procede à homologação do protocolo que cria o Centro de Competências para a Economia Social.



Despacho n.º 1020/2025, de 23 de janeiro

Autoriza o Instituto da Segurança Social, I. P., e a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., a assumir os compromissos plurianuais, para o triénio 2024-2026, decorrentes de novos contratos-programa e de adendas que constituem alargamentos aos contratos-programa em execução no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados



Auditoria à Rede Nacional de Cuidados Continuados I Tribunal de Contas

As metas definidas para 2016 no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) continuam por alcançar e os objetivos de cobertura permanecem por concretizar. Esta é uma das conclusões da Auditoria que o Tribunal de Contas acaba de publicar com a avaliação desta Rede que assenta numa Parceria Público-Social.

O objetivo desta auditoria foi avaliar se a RNCCI, criada em 2006, garantiu o acesso dos utentes a cuidados de saúde de qualidade e financeiramente comportáveis no período de 2017 a 2023. A despesa pública com esta Rede ascendeu a 279 milhões de euros em 2023, o que representa o valor mais alto de sempre e um aumento de 18,2% em relação a 2022. Os gastos das famílias atingiram os 45 milhões de euros, cerca de 13,9% dos encargos totais com a Rede em 2023 (324,2 milhões de euros).

O Relatório inclui, pela primeira vez, 84 indicadores interativos (gráficos e quadros) e informação de suporte.



[Relatório nº 16/2024 de Auditoria à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados](#)



[Dashboard \(quadros e gráficos\)](#)

INFORMAÇÕES / ATIVIDADES UDIPSS/FEDERAÇÕES

Revista HUMANITAS



A HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental divulga mais um projeto a que se propôs, o qual consiste na publicação online da **Revista HUMANITAS | Edição nº 7 | janeiro 2025**.

Pretende-se que esta publicação continue a ser um espaço de partilha e de enriquecimento pessoal e profissional de todos os que estão ligados de alguma forma a esta problemática. Pretende-se analisar legislação, discutir temas científicos, partilhar opiniões fomentando discussão e reflexão, dar voz às pessoas com deficiência intelectual, suas famílias e cuidadores (formais e informais).

Aceda à revista no link: https://issuu.com/humanitasfederacao/docs/revista_humanitas_janeiro_2025

INFORMAÇÕES/ATIVIDADES IPSS

XII Ciclos Temáticos de intervenção Psicossocial - Ano 2025

A **Creche Sempre em Flor e o Centro Social da Sagrada Família**, vão realizar a 12ª edição dos Ciclos Temáticos de Intervenção Psicossocial, dando assim continuidade a esta iniciativa que tanto orgulha e motiva a continuar.

O modelo dos Ciclos compreende a intervenção de oradores convidados por cada sessão, sucedida por debate alargado à audiência.

Estes ciclos destinam-se a todos os profissionais que desenvolvem a sua atividade profissional na área de intervenção psicossocial e elementos da comunidade interessados.

As sessões são gratuitas, mas sujeitas a inscrição [aqui](#), sendo o número de vagas limitadas.

O programa pode ser consultado [aqui](#).

6.º Relatório Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral

No dia 21 de janeiro, foi apresentado o 6.º Relatório do Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral – “Paralisia Cerebral em Portugal no Século XXI. Risco e Funcionalidade”.

Este é um documento/ferramenta de extrema relevância para a intervenção atual (e futura) da FAPPC, da classe médica, de todas as associações de paralisia cerebral, do poder político e, naturalmente, de pais e mães de crianças com Paralisia Cerebral.

O Programa é gerido por um consórcio do qual fazem parte o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, equipamento sob a tutela da Santa Casa, a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge e as sociedades clínico-científicas nacionais das áreas da Medicina Física e de Reabilitação, Neuropediatria, Pediatria, Neonatologia e Pediatria do Neurodesenvolvimento.

Consulte [aqui](#) o Relatório.



IMPRESA

[PSD quer alargar para 25 anos idade dos veículos de ...](#)

Partido defende um limite de 25 anos, com renovações de licenças anualmente para **veículos** com mais de 16 anos.

Nota: O Projeto de Lei n.º 467/XVI/1.ª do PSD, pode ser consultado [aqui](#)

Lino Maia